

ANCESTRALIDADE ECOFEMINISTA – ESCRIVIVÊNCIAS FEMININAS NA DEFESA DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA

*Eixo Temático 25 - Insurgências de Corpos e Saberes: Perspectivas Pedagógicas
Decoloniais e Queer (Cuir) na Construção de Poéticas Outras da Revolta.*

Josilene do Socorro Menezes Ferreira ¹
Vilma Nonato de Brício - Orientadora²

RESUMO: Em tempos que a Amazônia “geme em dores de parto”, trazemos as grandes fontes epistemológicas e de resistência pelas vias da Ancestralidade e Ecofeminismo, sabendo que os povos de comunidades tradicionais têm buscado e protagonizado práticas de resistência, em vias das ameaças às terras de seus territórios através de ações de autogoverno e autogestão. Em vista disto, o Protocolo de Consulta Prévia, Informada e de Livre Consentimento e Veto é uma das ferramentas de militância e subversão que pode bater de frente com as fontes predatórias que vêm matar as águas e as florestas. O processo metodológico seguirá pelo trajeto do Ecofeminismo, Devir quilombola e ancestralidade, seguindo o caminho de uma análise reflexiva sobre as marcas de existência feminina no Protocolo.

Palavras-chave: Ancestralidade. Ecofeminismo. Território. Escrivivência coletiva.

Introdução

Na semana em que Belém do Pará sedia o X Fórum Social Pan Amazônico (FOSPA) um grandioso evento que reuniu povos diversos, representatividades brotadas dos quilombos, das aldeias indígenas, militantes, entidades religiosas, entre pesquisadores e simpatizantes, submetemos este trabalho em evento internacional na urgência em dar visibilidades às lutas pela preservação ambiental, desenvolvimento sustentável nos territórios e a defesa dos direitos das mulheres.

O tema deste trabalho tem suas nascentes nos estudos do Ecofeminismo, acompanhado das tessituras epistemológicas sobre a escrita biográfica da mulher quilombola. Os laços teóricos dos territórios femininos se ancoraram na escritivência de Conceição Evaristo (2020). O devir quilombola, a questão do afeto e as práticas antirracistas são partes dos olhares teóricos advindos de Mariléa de Almeida (2022). Como diria Sandra Corazza (2006), este “solo teórico” nos proporciona uma travessia mais densa dentro das múltiplas dimensões que o território nos desafia a mergulhar. Nestes caminhos, a metodologia utilizada

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Cidades: Territórios e Identidades (PPGCITI/UFPA). josimenezes2221@gmail.com

² Doutora em Educação. Líder do Grupo Experimentações: Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículo, Subjetividade e Sexualidade na Educação Básica. vilma@ufpa.br

é a análise reflexiva de documento, tratando-se da escrita biográfica da mulher quilombola. O mergulho é mais profundo e denso dentro do documento escrito do Protocolo Comunitário de Consulta Prévia, Livre, Informada, de Consentimento e Veto da Comunidade Quilombola Moju Miri, localizada no Baixo Moju e alvo de constantes olhares dos grandes empreendimentos.

Seguindo o caminho da análise dos escritos do Protocolo, trilhamos pela base da interseccionalidade de Akotirene (2019), na qual mostra as mulheres negras sendo atingidas repetidas vezes pelo cruzamento de gênero, raça e classe. A partir destas abordagens, traremos também o que chamamos de Ancestralidade Ecofeminista, entendendo o Ecofeminismo em uma dimensão dupla de dominação sobre a mulher.

O objetivo do trabalho é analisar, dentro do documento escrito do Protocolo de Consulta, as marcas de ancestralidade da mulher quilombola frente ao processo de luta, tomando como base o movimento Ecofeminista.

O trabalho está dividido em três seções. A primeira corresponde às produções já realizadas de pesquisas sobre as políticas afirmativas de proteção aliadas às frentes do Ecofeminismo. Aqui, a mulher quilombola, como uma força outra dentro do território, soma suas identidades e auto afirmações e a partir de seu corpo, saber ancestral, vida acadêmica, ocupa espaços que aquilombam a outras.

A sustentabilidade é uma marca presente na luta pela floresta em pé. Suas transcendências, imaginários, saberes e sabores são as fontes do bem viver e também os debates teóricos que conduzem a segunda parte deste trabalho.

Ubuntu! “Eu sou porque nós somos”. A presença deste dito africano marca a seção três. Esta parte do estudo, nos direciona à mulher em sua comunidade, nos seus fazeres e experiências. Junto a este, a escrita de si, como menciona Conceição Evaristo (2020), representa a escrita do coletivo. Por esse motivo, a escrevivência é ligada ao Ubuntu. Esta parte do trabalho consiste na presença das biografias femininas presentes e levadas ao documento escrito do Protocolo de Consulta da Comunidade Quilombola Moju Miri. Neste último espaço, trataremos da Ancestralidade Ecofeminista dentro das próprias biografias presentes no documento. Como fonte de resultados, dizemos que estas escrevivências biográficas das mulheres quilombolas só provam que a ferramenta de proteção do quilombo também é lugar da mulher negra.

Procedimentos analíticos da ancestralidade Ecofeminista

Tomando como espaço de saber e lugar de marcadores sociais e políticos da expressão feminina, o Protocolo de Consulta é o espaço que iremos mergulhar para o debate deste trabalho. Problematizar o objeto de estudo (CORAZZA, 2006) é uma forma de chegar aos objetivos desta proposta. Daí trilhamos pelas dimensões da mulher e sustentabilidade; mulher e a floresta; o feminino e o território; a mulher e saberes; corpo feminino e as suas representações pela escrevivência coletiva.

Neste remar, trazemos a mulher negra quilombola, em trilhas do aquilombamento, frente ao que o documento propõe como fonte de autoafirmação, para então chegarmos ao movimento Ecofeminista.

Diante da persistência de ondas econômicas predatórias do capital, vemos o Ecofeminismo como fonte das forças de insurgências coletivas que lutam em duas vias: contra o patriarcado e no enfrentamento das ameaças predatórias sobre a floresta dos territórios. Sendo assim, realizamos uma contextualização das lutas dentro do quilombo, tendo como referência a presença da mulher quilombola.

Trouxemos uma abordagem descritiva e reflexiva dentro do levantamento de produções acadêmicas sobre as resistências dentro dos territórios. “Traçamos o mapa comum que é, a princípio, o território de onde partimos para investigar o objeto” (CORAZZA, 2006, p. 357). Nossa ancoragem teórica está ligada a alguns trabalhos que levam as fontes sobre a ancestralidade e o ecofeminismo. Seguimos em vias das perspectivas teóricas apresentadas. Buscamos um entrelaçamento entre mulher e sustentabilidade, mas com as forças das perspectivas sobre o corpo, afeto e práticas de envolvimento político.

A construção do objeto de estudo apresentado, consiste em reconhecer a importância do documento de proteção do território, abrangendo as dimensões dos campos da identidade e ancestralidade. Ele nos dá base sobre a caminhada histórica e de vida dos homens e mulheres em ligação com quilombo.

Ecofeminismo: interfaces no Protocolo Comunitário de Consulta da Comunidade Moju Miri

O Protocolo Comunitário de Consulta Prévia, Livre, Informada, de Consentimento e Veto, baseado na convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), consiste em uma ferramenta política de autogestão territorial que abrange as marcas e raízes mais profundas do território quilombola. Neste, aparecem fontes históricas, políticas e culturais do território buscadas dentro de relatos, documentos e registros realizados pelos próprios homens e mulheres do quilombo. Durante todo o processo, existe a participação de outros sujeitos e sujeitas das instituições parceiras e de representantes de outros quilombos.

O objetivo do Protocolo é o direito de consulta, dado a comunidade, todas as vezes que os governos, empresas ou qualquer outro órgão e instituições pretenderem construir qualquer obra ou tomar medidas legislativas ou administrativas que possam afetar o território, diretamente ou indiretamente. Daí a grande importância do documento.

Maria Soares (2020) como resultado de sua pesquisa de Pós-doutorado apresenta e desbrava os campos do quilombo e lutas no território, trazendo a noção das insurgências coletivas. A autora expõe que “no Brasil, os territórios indígenas, ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, áreas de usos comuns (como rios, mangues, praias, florestas, etc.) têm sido historicamente fronteiras para onde tem avançado o capital de forma violenta e predatória” (SOARES, 2020, p. 273). Daqui afirmamos que as insurgências coletivas e as frentes de lutas no território perpassam esse trabalho. Além da compreensão que temos sobre as iminentes ameaças dos grandes empreendimentos sobre os territórios.

Bianca Rojo e Angela Espindola (2021), apresentam que a intersecção entre raça, classe social e gênero são vistas à luz das ameaças ambientais, sendo o Ecofeminismo o grande fio condutor do debate para entender as forças que incidem sobre a mulher e natureza.

Tendo em consideração o contexto de dominação da natureza e da mulher, em vista do patriarcado, o engajamento da mulher, dentro das tomadas de decisões sobre as demandas do território, são as fontes que deixam evidente a ancestralidade como força do quilombo. Força que ainda protege os territórios quilombolas abandonados pelas políticas públicas, o que agrava os permanentes conflitos em defesa dos territórios (DEALDINA, 2020).

As relações entre as práticas femininas e desenvolvimento sustentável nos incita a caminhos projetados além das fronteiras do ser mulher, pois ser mulher negra e quilombola nos leva a caminhos propostos pelo Ecofeminismo e Ancestralidade. Para estes dois unimos chamando de Ancestralidade Ecofeminista como mais uma forma de desbravar os profundos

laços que existem sobre o debate da mulher dentro de sua experiência no quilombo. Isto nos remete a atenção especial sobre a proteção da floresta, aliada ao grande poder do corpo baseado na memória, na informação ancestral do espírito e não na “[...] marcação morfofisiológica, anatômica, fenotípica” (AKOTIRENE, 2019, p. 136).

Em linhas gerais, “o Ecofeminismo, que conta com as mais variadas significações, tem como ideia essencial, a interconexão entre a dominação da natureza pelos seres humanos e a dominação feminina aos homens, revelando a predominância de domínio patriarcal na estrutura social” (ROSO; ESPINDOLA, 2021, p. 60). A partir disso, traçamos nossas fontes de olhares para o gênero e meio ambiente, problematizamos os desafios que as literaturas apresentam sobre o desprezo do papel da mulher como benzedeira, parteira, sobre sua forma de fazer e criar suas vivências em comunidade.

A Comunidade Remanescente de Quilombo Moju Miri, que consiste em uma das 27 comunidades intituladas pela Fundação Palmares, localizada no município de Moju, Pará. A comunidade é formada por 62 famílias, segundo uma pesquisa realizada pelos próprios moradores por intermédio da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Os grupos de famílias que compõem a comunidade vivem do cultivo do açaí (principal fonte de renda), plantação de mandioca, além de outras culturas da agricultura familiar, desta vem a pesca artesanal (CARDOSO; PEIXOTO; AMORAS, 2020).

As marcas de resistência dos quilombos, frente às ameaças do capital e do patriarcado, é o primeiro aspecto que destacamos sobre a mulher quilombola, dentro do documento, simbolizado pelo bem viver. Trechos do Protocolo mostram as escrevivências da mulher. Em todos os estudos, reuniões, palestras e formações políticas as mulheres estiveram reunidas e envolvidas. Nestes pontos, a floresta, o corpo e o território são tidas como fontes de construção coletiva.

Nas primeiras partes do documento, a linha do tempo marca as características econômicas, culturais e políticas de Moju Miri, trazendo uma dimensão histórica da comunidade através da linha do tempo. O Protocolo descreve a formação do território considerando a biografia de uma mulher. O registro é de 1968, quando Maria Clemente Silva³ teve quatro filhos, “[...] criava porcos, galinhas e bois e tinha plantação de laranja, trabalhava na roça na produção de farinha, tapioca, carimã e beju. Praticava a agricultura familiar” (PROTOCOLO DE CONSULTA, 2022).

As outras mulheres seguem sendo narradas de forma potente pela presença em momentos históricos da comunidade, destacando que a primeira escola do território teve como

³ Nome fictício.

professora uma mulher no período de 1988. O documento segue com as linhas da ancestralidade pelas atividades que marcam o território, os destaques são pela forte dinâmica de relação com as fontes que mantêm o quilombo, tendo como base a agricultura familiar. A forte menção da natureza e da mulher está marcada desde as primeiras linhas do documento que menciona a frase: Nosso território! Nossas regras!

As práticas de afeto com o território mantêm o corpo feminino ligado à dinâmica de vida e resistência dentro do quilombo. Fazeres, saberes e sabores são acionados como fontes de potencialidades para a proteção das riquezas naturais do lugar. Assim, as mulheres que cuidam do quilombo pelas práticas com usos da floresta, mantêm os saberes ancestrais na produção do bejú, da massa de mandioca ou macaxeira, matéria prima da farinha, entre outras culturas e práticas presentes no quilombo. Sobre estas fontes estão a Ancestralidade Ecofeminista.

Considerações finais

Em todo o caminho da Ancestralidade Ecofeminista, traçado nas escrevivências, mostra que o aquilombar, pela identidade, não está somente em quem chega ao território, ou retorna à sua terra de origem, mas, contudo, por aqueles e aquelas que já estão presentes e passam a somar forças dentro do processo de autoafirmação. Esse é mais um campo minado que as resistências, em sua fonte de organização, tomam concretude e vão sendo multiplicadas pelas forças do quilombo. São as existências femininas que sustentam, formam, educam e alimentam o quilombo e elas estão dentro do mato, das águas, do território, da Associação, da academia.

Floresta e mulher são homogêneos. Em razão disto, as ameaças são aparentes e brotadas nas situações de resistências. Por isso, trazemos a importância das experiências femininas e de seus corpos como força de proteção do quilombo. A força das biografias escritas alimentam um documento político de proteção do território. Estas estão aí batendo de frente com o desmatamento, contra o empreendimento que chega ao território, combatendo o crime organizado e vão de encontro às múltiplas violências de gênero por que passam as mulheres negras quilombolas.

Referências

ALMEIDA, Mariléa de. **Devir quilombola**: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas. São Paulo: Elefante, 2022.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CARDOSO, Andréa Cardoso e; PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Dinis; AMORAS, Maria do Socorro Rayol. **O Quilombo Moju-Miri em tempos de quarentena**: colhendo narrativas orais sobre ancestralidades, cuidados e a mulher quilombola. Anais do Evento: XV Encontro Nacional de História Oral – Narrativas Oraís, Ética e Democracia, 2020. Disponível em: <https://www.encontro2020.historiaoral.org.br> Acesso em: 15 de maio de 2021

CORAZZA, Sandra Mara. Manual infame... mas útil, para escrever uma boa proposta de tese ou dissertação. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto (Orgs.) **A bússola do escrever**: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. 2ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2006.

DEALDINA, D. S (Org.). **Mulheres quilombolas**: territórios de existências negras femininas São Paulo: Jandaíra, 2020.

EVARISTO, Conceição. A Escrivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima NUNES, Isabella Rosado (Orgs.). **Escrivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

MOJU, **Protocolo de Consulta, Prévia, Livre, Informada, Consentimento e de Veto do Território Quilombola Moju Miri**. Documento construído na comunidade. 2022.

ROSO, Bianca Larissa Soares de Jesus; ESPINDOLA, Ângela Araújo da Silveira. **Mulheres, Ecofeminismo e desenvolvimento sustentável**: um estudo de caso diante da perspectiva da sustentabilidade e da sociedade em rede. Disponível em: <https://san.uri.br/revistas/index.php/direitoejustica/article/view/398> Acesso em: 20 de jul. 2022.

SOARES, Maria Raimunda Penha. Quilombos e luta pelo território: organização, resistência e insurgências coletivas. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2 p. 232-434 Jul-Dez, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/32939/21346> Acesso em: 26 de jul. 2022.